

CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01.005.466/19-75

- **OBJETO:** Credenciamento de empresas para implantação, instalação, manutenção e operação de Sistemas de Compartilhamento de Bicicletas sem Estação no Município de Belo Horizonte.
- **FUNDAMENTAÇÃO:** A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS tem interesse em que o maior número possível de empresas se credencie para a prestação de serviços, nos moldes propostos, a fim de atender com maior eficiência o interesse público, e prover a melhor qualidade de serviço ao cidadão.
- **PRAZO E ENDEREÇO PARA ENTREGA DO ENVELOPE DE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:**

PRAZO: Do dia 18/02/2019 ao dia 21/05/2019. (dias úteis).

HORÁRIO: Das 09h30 às 17 horas.

ENDEREÇO: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900 – Bairro Buritis, Belo Horizonte. Prédio 1 – Sala de Reuniões da GECOL/CPL – BHTRANS.

Os(as) interessados(as) deverão entregar o envelope à Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL ou a qualquer um dos membros da CPL, no local, data e horário indicados acima.
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília.
- **CONSULTAS E/OU ESCLARECIMENTOS:** Até 2 (dois) dias úteis antes da data inicial fixada para a entrega do envelope dos documentos para habilitação, exclusivamente através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br, nos termos do item 1.1 deste Edital.
- **AVISOS SOBRE O CHAMAMENTO PÚBLICO:** Os avisos sobre este Chamamento serão publicados no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM e divulgados na *internet*, através do site www.pbh.gov.br.
- **INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO:** As informações sobre o andamento deste Chamamento e os resultados dos julgamentos e de recursos, se houver, serão publicados unicamente no DOM e disponibilizados na *internet* no site www.pbh.gov.br.
- **SITE PARA CONSULTAS E DOWNLOAD DO EDITAL:** www.pbh.gov.br.
- **SITE DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – DOM:** www.pbh.gov.br/dom.
- **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:** Até 2 (dois) dias úteis antes da data inicial fixada para a entrega do envelope de habilitação, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Chamamento Público, apontando as falhas e irregularidades que o viciariam, obedecidas as disposições do Capítulo 8 deste Edital.



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

PREÂMBULO

A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, por sua Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria BHTRANS DPR n.º 158/2018 de 20 de dezembro de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Chamamento Público nº 02/2019, com a finalidade de credenciar empresas para implantação, instalação, manutenção e operação de Sistemas de Compartilhamento de Bicicletas sem Estação no Município de Belo Horizonte, conforme especificações técnicas contidas nos anexos deste Chamamento Público, em especial no Termo de Referência – Anexo I, nos termos da Lei Federal n.º 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da BHTRANS e demais legislações aplicadas.

CAPÍTULO 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – As consultas e os esclarecimentos serão respondidos pela CPL, respeitada a legislação pertinente, devendo os interessados formular consultas por escrito (e-mail ou Correios), no prazo estipulado na folha de rosto deste Edital.

1.1.1 – As respostas, quando de caráter geral, serão disponibilizadas através da internet (www.pbh.gov.br) e/ou publicadas no DOM.

1.1.2 – As dúvidas e/ou esclarecimentos de caráter interpretativo, que não venham a influenciar no entendimento e participação de outros interessados, serão respondidas diretamente ao(s) PROPONENTE(s) através de e-mail.

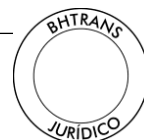
Integram este Edital:

ANEXO I	–	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	–	MODELO DE CARTA PARA CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE
ANEXO III	–	DECLARAÇÃO EXPRESSA DE QUE A PROPONENTE NÃO EMPREGA TRABALHADOR NAS SITUAÇÕES PREVISTAS NO INC. I DO ART. 71 DO REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA BHTRANS
ANEXO IV	–	DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA
ANEXO V	–	DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO VI	–	SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE COMPATILHAMENTO DE BICICLETAS
ANEXO VII	–	MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO
ANEXO VIII	–	MINUTA DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

CAPÍTULO 2 OBJETO

2.1 – OBJETO

2.1.1 – Credenciamento de empresas para implantação, instalação, manutenção e operação de Sistemas de Compartilhamento de Bicicletas sem Estação no Município de Belo Horizonte.





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

2.1.1.1 – Os Sistemas de Compartilhamento de Bicicletas **sem** Estação são compostos de bicicletas **sem** estação física, com sistema de autotravamento e com suporte tecnológico para sua identificação, localização, funcionamento e liberação.

2.1.1.2 – Os Sistemas de Compartilhamento de Bicicletas **sem** Estação deverão considerar o atendimento às 09 (nove) regiões administrativas da Prefeitura de Belo Horizonte, sendo elas: Venda Nova, Pampulha, Nordeste, Leste, Norte, Barreiro, Oeste, Noroeste e Centro-Sul.

2.1.1.3 – A **CREDENCIADA** deverá disponibilizar frota de bicicletas **sem** estação física, sendo **facultada** a oferta de frota de bicicletas elétricas, em proporções adequadas às características, perfil e demandas dos potenciais usuários do Sistema de Compartilhamento de Bicicletas **sem** Estação, desde que atendidas as condições estabelecidas na Resolução nº 315¹ de 08 de maio de 2009 com as alterações dadas pela Resolução nº. 375² de 18 de março de 2011 e Resolução nº 465/13³, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e outros normativos específicos aplicáveis ao caso, conforme itens 5.1.1 do Termo de Referência – Anexo I.

2.1.1.4 – As especificações e detalhamentos das condições para prestação dos serviços estão descritos no Termo de Referência – Anexo I e na Minuta do Termo de Credenciamento – Anexo VII.

CAPÍTULO 3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – PODERÃO PARTICIPAR DO PRESENTE CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1.1 – Poderão participar do presente Chamamento Público as pessoas jurídicas, legalmente constituídas, isoladamente ou em forma de consórcio, que operem no ramo do objeto, desde que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.

3.2 – IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

3.2.1 – A participação neste procedimento estará impedida às pessoas físicas, bem como às jurídicas que, na data prevista neste Edital para a entrega do envelope, encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

- a) Com falência decretada;
- b) Declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- c) Em suspensão temporária e impedidas de contratar com a Administração Municipal e/ou suas Unidades descentralizadas ou vinculadas.

3.2.2 – A observância das vedações do subitem 3.2.1 é de inteira responsabilidade da PROPONENTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

3.3 – CONDIÇÕES DE ENDEREÇAMENTO E PROTOCOLIZAÇÃO DO ENVELOPE

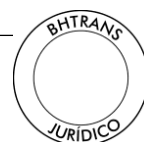
3.3.1 – O envelope contendo a documentação para habilitação deverá ser entregue no local, data e horário indicados na folha de rosto deste Edital.

3.3.2 – O envelope indicado no subitem anterior deverá estar devidamente lacrado, rubricado no fecho e identificado em sua parte externa com os seguintes dizeres:

¹ Estabelece a equiparação dos veículos ciclo-elétricos, aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para condução nas vias públicas abertas à circulação.

² Acrescenta ao artigo 1º da Resolução CONTRAN nº 315/2009, que estabelece a equiparação dos veículos ciclo-elétricos aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para a condução nas vias públicas abertas à circulação.

³ Esta resolução estabelece, dentre outras, a equiparação dos veículos ciclo-elétrico, aos ciclomotores e os equipamentos obrigatórios para condução nas vias públicas abertas à circulação.



**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2019
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO**

À

Comissão Permanente de Licitação – CPL da BHTRANS
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Local: Sala de Licitações da BHTRANS
Endereço: Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Buritis
30455-902 – Belo Horizonte/MG

Nome/Razão Social da Empresa
CNPJ / Telefone(s) / E-mail

3.3.3 – A protocolização do envelope fora do prazo estabelecido determinará o impedimento da participação da PROPONENTE.

3.3.4 – Não serão aceitos documentos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico, admitindo-se a condição prevista no subitem 3.3.5.

3.3.5 – O envelope contendo os documentos para habilitação, quando enviado por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente será considerado para o Chamamento Público se der entrada no Protocolo da CPL até a data limite e hora definidos, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

3.3.6 – A entrega do envelope configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

3.4 – DOS REPRESENTANTES LEGAIS E MANDATÁRIOS DAS PROPONENTES

3.4.1 – A(s) PROPONENTE(S) poderá(ão) indicar um representante para intervir em qualquer fase do procedimento de credenciamento e responder, para todos os efeitos, no presente momento ou a *posteriori*, por sua representada.

3.4.2 – O instrumento que comprovará a representatividade da PROPONENTE será:

- a) Para Procurador/Credenciado: Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou Carta de Credenciamento, conforme modelo disposto no Anexo II, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao Chamamento Público.
- b) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da PROPONENTE, com poderes para representá-la em conjunto, deverá apresentar o respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e, ainda, apresentar a Carta de Credenciamento – Anexo II ou Instrumento Público ou Particular de Procuração.
- c) Para Proprietário: sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da PROPONENTE, com poderes para representá-la isoladamente, deverá apresentar apenas o respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.4.3 – Nas hipóteses de representação mediante Instrumento Particular de Procuração ou Carta de Credenciamento – Anexo II, deverá ser apresentada documentação que lhe(s) comprove(m) a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (Estatuto, Contrato Social, etc.).

3.4.4 – O representante (procurador, credenciado ou proprietário/sócio/dirigente) deverá estar munido

de documento hábil de identificação para, se convocado para tal, identificar-se.

3.4.5 – No caso de Consórcio, as empresas dele integrantes serão representadas pela empresa líder do Consórcio, com poderes para a prática dos atos necessários e inerentes ao procedimento.

3.4.5.1 – A empresa líder, por sua vez, poderá credenciar um procurador ou fazer-se representar por sócio que detiver representação, observado o disposto no item 3.4 e seus subitens, tudo sem prejuízo da responsabilidade solidária dos integrantes do consórcio pelos atos praticados por seu representante.

3.4.6 – Não apresentando quaisquer das formas de representação citadas no subitem 3.4.2, a PROPONENTE ficará sem representante perante a Comissão Permanente de Licitação.

3.4.7 – Os documentos indicados no item 3.4 e seus subitens poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

CAPÍTULO 4 DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

O envelope de documentação deverá conter os seguintes documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor:

4.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual.

4.1.2 – Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.2.1 – Os documentos relacionados no subitem 4.1.2 poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada.

4.1.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.5 – CONSÓRCIOS: As PROPONENTES que optarem pela participação em forma de Consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos de todas as empresas participantes, o seguinte:

4.1.5.1 – Compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito pelas consorciadas, com indicação da empresa líder responsável pelo Consórcio e da proporção da participação de cada uma, observadas as seguintes normas:

- a) a liderança do Consórcio caberá, obrigatoriamente, à empresa nacional;
- b) a líder do Consórcio deverá ser a empresa que, proporcionalmente, tiver maior atribuição de responsabilidade na prestação do serviço objeto desta contratação;
- c) é solidária a responsabilidade dos integrantes pelos atos praticados em Consórcio, tanto na fase do chamamento público quanto na de execução do Contrato;
- d) a empresa PROPONENTE consorciada não poderá participar neste Chamamento Público em mais de um Consórcio ou isoladamente, nos termos da Lei.

4.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.2.1 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da PROPONENTE.

4.2.2 – Comprovante de Regularidade perante o INSS.

4.2.3 – Comprovante de Regularidade perante o FGTS.

4.2.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.2.5 – Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal (subitem 4.2.1) e Regularidade perante o INSS (subitem 4.2.2), deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pelo Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

4.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

4.3.1 – Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa PROPONENTE.

4.4 – DECLARAÇÃO expressa de que a PROPONENTE não emprega trabalhador nas situações previstas no Inc. I do art. 71 do Regulamento Interno de Licitações e contratos da BHTRANS, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, conforme modelo constante no Anexo III.

4.5 – DECLARAÇÃO de superveniência, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, conforme modelo constante no Anexo IV.

4.6 – DECLARAÇÃO prevista no Anexo V – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando for o caso, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE.

4.7 – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO para implantação, instalação, manutenção e operação de Sistemas de Compartilhamento de Bicicletas sem Estação no Município de Belo Horizonte, devidamente preenchido e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, conforme modelo constante no Anexo VI.

4.8 – PLANO DE NEGÓCIOS, em conformidade com o disposto no subitem 5.1.11 do Termo de Referência – Anexo I.

4.9 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À HABILITAÇÃO

4.9.1 – CADASTRO NO SUCAF

4.9.1.1 – Os documentos relacionados nos subitens 4.2.1 a 4.2.5 e 4.3.1 poderão ser substituídos pelo Comprovante de Cadastro no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF. Os demais documentos exigidos neste Capítulo deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação.

4.9.1.2 – A PROPONENTE poderá estar habilitada em qualquer linha de fornecimento (material e/ou serviços).

4.9.1.2.1 – Caso a PROPONENTE seja convocada para assinar o Termo de Credenciamento, esta deverá comprovar cadastro no SUCAF em conformidade com o subitem 8.2.1 deste Edital.

4.9.1.3 – A CPL fará consulta à base de dados do SUCAF para emissão do documento “Situação do Fornecedor”, que deverá comprovar a regularidade dos documentos habilitatórios junto aos órgãos pertinentes, incluindo o Certificado de Registro Cadastral – CRC.

4.9.1.3.1 – A PROPONENTE que estiver com algum documento em situação irregular junto ao SUCAF, deverá incluir, previamente, no ENVELOPE, documento substituto que comprove, na data

limite para apresentação do envelope de habilitação, a regularidade do documento indicado na consulta como irregular, sob pena de inabilitação.

4.9.1.4 – A CPL não aceitará recibo de protocolo de documentos, em substituição ao comprovante de cadastro no SUCAF.

4.9.2 – Todos os documentos previstos neste Capítulo deverão ser emitidos da seguinte forma:

a) caso a PROPONENTE seja a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) caso a PROPONENTE seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles, que comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) o(s) atestado(s) de capacidade técnica, quando previsto(s) neste Edital, poderá(ão) ser apresentado(s) em nome da PROPONENTE, com CNPJ da matriz e/ou da filial.

c.1) As PROPONENTES não poderão apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) em nome de empresa(s) que compõe(m) os seus respectivos grupos econômicos, salvo se participarem reunidas em forma de Consórcio.

4.9.3 – As empresas que participarem na forma de Consórcio deverão apresentar toda a documentação relacionada neste Capítulo.

4.9.4 – Os documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, ou em publicação em jornal da Imprensa Oficial.

4.9.4.1 – O comprovante de cadastro emitido pelo SUCAF e as Certidões emitidas pela Internet ficam dispensados de autenticação.

4.9.4.2 – A CPL poderá efetuar consulta aos sites dos órgãos emissores para confirmar a autenticidade dos documentos extraídos pela Internet.

4.9.4.3 – Em caso de dúvida quanto à autenticidade ou validade de documento, a Comissão de Licitação concederá a PROPONENTE o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação do documento original, ou em cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da BHTRANS, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

4.9.5 – A não apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa exigidas nos subitens 4.2.1 a 4.2.5 não implicará na inabilitação da PROPONENTE, uma vez que a CPL poderá efetuar consulta à base de dados do ente responsável pela emissão da certidão.

4.9.5.1 – A CPL não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constadas, a PROPONENTE será inabilitada.

4.9.6 – O documento previsto no item 4.8 deverá ser apresentado em língua portuguesa, assinado pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE, preferencialmente numerado sequencialmente e sem emendas ou rasuras que dificultem o seu entendimento.

4.9.7 – Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

4.9.8 – As certidões e demais documentos que possuem validade deverão estar com vigência plena na data limite fixada para apresentação do envelope.

4.9.8.1 – As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 90 (noventa) dias, no máximo, da data limite fixada para apresentação do envelope, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

4.9.9 – As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP poderão se utilizar das prerrogativas previstas nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 e no artigo 4º do Decreto Municipal n.º 13.791/2009, observando as disposições seguintes.

4.9.9.1 – As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal e/ou trabalhista.

4.9.9.2 – Havendo alguma restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada aprovada no teste de conformidade, prorrogáveis por igual período, a critério da Comissão Permanente de Licitação, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

4.9.9.3 – A prorrogação do prazo para regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento apresentado tempestivamente, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.

4.9.9.3.1 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

4.9.9.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 4.9.9.2 ou, se for o caso, no subitem 4.9.9.3, implicará decadência do direito à assinatura do Termo de Credenciamento, sendo facultado à Administração convocar as PROPONENTES remanescentes.

4.9.10 – Para efeito do julgamento da habilitação, a CPL considerará como referência para a validação dos documentos a data limite para entrega do envelope informada na folha de rosto deste Edital.

CAPÍTULO 5 PROCEDIMENTOS

5.1 – A Comissão Permanente de Licitação – CPL procederá ao julgamento da habilitação da(s) PROPONENTE(S), nos termos deste Edital, em especial do Capítulo 4.

5.1.1 – O documento previsto no item 4.8 será avaliado pela Coordenadoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente – CSMA da BHTRANS, que deverá encaminhar um laudo para a CPL publicar o resultado.

5.2 – A(s) PROPONENTE(s) que deixar(em) de atender às exigências deste Edital será(ão) declarada(s) inabilitada(s), porém, tão logo tenham regularizado sua situação poderão apresentar novo envelope com a documentação exigida no Capítulo 4, desde que seja dentro do período informado na folha de rosto deste Edital.

5.3 – A(s) PROPONENTE(S) que atender(em) todos às exigências para habilitação previstas neste Edital será(ão) considerada(s) habilitada(s).

5.4 – O resultado de habilitação ou inabilitação será feito mediante publicação do Diário Oficial do Município – DOM e no site www.pbh.gov.br.

5.5 – A PROPONENTE, convocada para prestar qualquer esclarecimento adicional, deverá fazê-lo no prazo determinado pela CPL, sob pena de impedimento ao credenciamento.

5.6 – É facultada à CPL, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

5.7 – A CPL poderá, no julgamento da documentação apresentada para habilitação, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

5.8 – A CSMA poderá, na avaliação do documento previsto no item 4.8, desconsiderar evidentes

falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

5.9 – A CPL ou a CSMA poderá solicitar parecer técnico de outras áreas da BHTRANS para subsidiar as suas decisões.

CAPÍTULO 6 DO CREDENCIAMENTO

6.1 – Será(ão) considerada(s) apta(s) a se credenciar(em) a(s) PROPONENTE(s) que tenha(m) tenha(m) sido habilitada(s).

6.2 – Será divulgado no Diário Oficial do Município – DOM o(s) nome(s) da(s) PROPONENTE(s) apta(s) a se credenciar(em).

CAPÍTULO 7 PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

7.1 – Após a publicação da(s) empresa(s) apta(s) a se credenciar(em), a(s) mesma(s) será(ão) convocada(s) pela Gerência de Compras, Contratos e Licitações – GECOL da BHTRANS para assinatura do Termo de Credenciamento (Anexo VII) no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da convocação, sob pena de decair o direito ao credenciamento, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

7.2 – A assinatura do Termo de Credenciamento ficará condicionada à apresentação, pela(s) PROPONENTE(S), dos seguintes documentos à BHTRANS:

a) Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa e eventuais alterações, documentos estes que poderão ser substituídos apenas pela última alteração, caso seja consolidada;

a.1) Caso a PROPONENTE seja um Consórcio, esta ficará obrigado a comprovar, antes da celebração do Termo de Credenciamento, a constituição e o registro do Consórcio, nos termos do compromisso assumido;

b) Instrumento Público ou Particular de Mandato, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou Contrato Social;

c) Comprovação do cadastro com situação regular junto ao SUCAF.

d) Prestação da garantia contratual no valor correspondente a 3% (três por cento) do preço total indicado na Cláusula Quinta da Minuta do Termo de Credenciamento – Anexo VII.

d.1) Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida em conta a ser indicada pela BHTRANS.

e) Apresentação de declaração específica sobre o respeito e atendimento de todas as características, parâmetros e requisitos técnicos e legais abrangidos pelo Sistema de Compartilhamento de Bicicletas sem Estação do município de Belo Horizonte, assinada pelo(s) representante(s) legal(ais) da PROPONENTE.

7.2.1.1 – Para atendimento da alínea “c” do subitem anterior, a(s) empresa(s) apta(s) a se credenciar(em) deverá(ão) requerer seu(s) cadastramento(s) diretamente ao SUCAF, no seguinte endereço:

- Para atendimento presencial dirigir-se à Unidade do BH RESOLVE:

Endereço: Av. Santos Dumont, 363 - 1º andar – Centro (com entrada, também, pela Rua dos Caetés, 342). Horário de Funcionamento: 8h às 18 horas.

- Para interessados SEDIADOS FORA DE BELO HORIZONTE, encaminhar documentação para:



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

Gerência de Cadastro de Fornecedores, da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa – SMAGEA.

Endereço: Rua Espírito Santo, 605 - 14º andar - Bairro Centro - CEP 30.160-919.
Telefone: 0xx 31 3277-4677.

e-mail: gemec@pbh.gov.br

7.3 – O prazo previsto no item 7.1 poderá ser prorrogado se solicitado durante o seu transcurso pela PROPONENTE e desde que decorra de motivo justificado, aceito pela BHTRANS.

7.4 – A recusa injustificada em assinar o Termo de Credenciamento dentro do prazo previsto no item 7.1 será configurada como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a PROPONENTE infratora ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor equivalente ao valor total do Termo de Credenciamento, considerando a quantidade de bicicletas ofertadas na documentação técnica, além de outras sanções legais cabíveis.

7.5 – O descumprimento do disposto nas alíneas “c” do item 7.2 será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a PROPONENTE infratora ao pagamento de multa correspondente a 3% (três por cento) do valor equivalente ao valor total do Termo de Credenciamento, considerando a quantidade de bicicletas ofertadas na documentação técnica, além de outras sanções legais cabíveis.

CAPÍTULO 8 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

8.1 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÕES

8.1.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para início do recebimento do envelope de documentos para habilitação, qualquer interessado poderá impugnar os termos deste Edital apontando as falhas e irregularidades que o viciariam.

8.1.2 – A impugnação deverá obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não ser conhecida:

a) ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação;

b) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CPF/CNPJ e endereço, telefone e/ou e-mail do impugnante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado(s) por meio de contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública;

c) ser protocolizado na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, ou encaminhada para o e-mail bhtrans.cpl@pbh.gov.br, até às 17 horas do dia de seu vencimento.

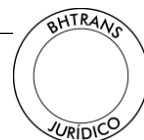
8.1.3 – A CPL não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, caso não tenha sido acusado recebimento pela Comissão Permanente de Licitação e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

8.1.4 – A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado, não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

8.1.5 – A decisão da CPL será enviada ao impugnante via fax ou e-mail e poderá ser divulgada no site da PBH para conhecimento de todos os interessados.

8.1.6 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apontar, após o prazo apontado no subitem 8.1.1, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.2 – CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES





**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

8.2.1 – A PROPONENTE poderá apresentar recursos contra o resultado do julgamento dos documentos para habilitação.

8.2.2 – Interposto recurso, a CPL dará ciência as demais participantes por meio de publicação no Diário Oficial do Município – DOM e no *site* da PBH, que poderão impugná-lo no prazo legal.

8.2.3 – Os recursos e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

a) ser dirigido ao Diretor de Administração e Finanças da BHTRANS, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após a publicação dos resultados no Diário Oficial do Município – DOM;

b) ser dirigido ao Diretor de Administração e Finanças da BHTRANS, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

c) ser apresentado em uma via, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo(s) representante(s) legal(ais), devidamente comprovado(s) por meio de contrato social, se sócio, contrato social e procuração, se procurador, somente procuração, se pública;

d) ser protocolizada na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, ou encaminhada para o e-mail bhtrans.cpl@pbh.gov.br, até às 17 horas do dia de seu vencimento;

e) Na hipótese da interposição de recursos ou contrarrazões à distância, os documentos que porventura o integrem como anexos deverão ser protocolizados (original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial, ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação pela CPL) na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, à Av. Engenheiro Carlos Goulart, n.º 900, Prédio 1, Bairro Buritis, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.455-902, em até 2 (dois) dias úteis a contar da interposição dos mesmos.

8.2.4 – A CPL não se responsabilizará por recursos ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, caso não tenha sido acusado recebimento pela Comissão Permanente de Licitação e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.

8.2.5 – As PROPONENTES poderão desistir do direito de recorrer antes do decurso de prazo, por meio de comunicação expressa à Comissão Permanente de Licitação – CPL.

8.2.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

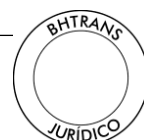
8.2.7 – O recurso será julgado nos termos da lei.

8.2.8 – A decisão acerca do recurso interposto será divulgada por meio de publicação no Diário Oficial do Município – DOM e no *site* da PBH.

CAPÍTULO 9 FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1 – A gestão do Termo de Credenciamento será exercida pela Diretoria de Planejamento e Informação – DPI, com apoio técnico-operacional da Diretoria de Ação Regional e Operação – DRO, ambas da BHTRANS.

9.2 – A fiscalização do Termo de Credenciamento será exercida Gerência de Planejamento da Mobilidade – GEMOB/CSMA/SUPI/DPI, com apoio técnico-operacional da Gerência de Apoio e Operações Especiais – GAOPE/SUOP/DRO, ambas da BHTRANS.



CAPÍTULO 10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – Esta contratação não implica transferência de recursos da BHTRANS para terceiros.

CAPÍTULO 11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – As sanções administrativas estão descritas na Minuta do Termo de Credenciamento – Anexo VII.

CAPÍTULO 12 OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 – As obrigações da(s) CREDENCIADA(S) e da BHTRANS estão previstas na Minuta do Termo de Credenciamento – Anexo VII.

CAPÍTULO 13 DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 – As dúvidas surgidas na aplicação deste Edital serão esclarecidas pela CPL, respeitada a legislação pertinente, facultando-se aos interessados formularem consultas à Comissão, por escrito através do e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br, até o 2º (segundo) dia útil antes da data inicial fixada para o recebimento do envelope de documentos para habilitação.

13.2 – As respostas, quando de caráter geral, serão publicadas no Diário Oficial do Município – DOM e/ou disponibilizadas no site: www.pbh.gov.br.

13.3 – As respostas, que forem caracterizadas como meros esclarecimentos, serão encaminhadas por e-mail diretamente ao interessado que apresentou as dúvidas e poderão ser disponibilizadas no site: www.pbh.gov.br.

13.4 – A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do interessado, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

13.5 – Fica entendido que toda a documentação apresentada pelas PROPONENTES se completa entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado como especificado e válido, na hipótese de possíveis divergências futuras.

13.6 – A CPL, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o Chamamento Público, e relevar omissões ou erros formais, observadas na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do Chamamento Público, sendo possível a promoção de diligência junto aos interessados, destinadas a esclarecer a instrução do processo.

13.7 – No caso de diligência, se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados no original ou em cópias legíveis autenticadas por cartório competente.

13.8 – O não cumprimento da diligência ensejará a inabilitação da PROPONENTE.

13.9 – A participação da PROPONENTE implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

13.10 – O presente Chamamento Público não importa, necessariamente, em credenciamento, podendo a BHTRANS revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou provação, mediante ato

escrito e fundamentado.

13.11 – O presente Chamamento Público não garante exclusividade às empresas credenciadas podendo, a critério exclusivo da BHTRANS, ser aberto novo Chamamento Público com a mesma finalidade.

13.12 – A BHTRANS poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, o prazo para encerramento do recebimento do envelope de documento para habilitação.

13.13 – Os termos dispostos neste Edital, as cláusulas e condições constantes dos demais Anexos se completam entre si, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

13.14 – Os casos fortuitos e de força maior, que prejudiquem o cumprimento do Termo de Credenciamento (Anexo VII), deverão ser comunicados por escrito e devidamente comprovados dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis do evento, para que possam ser considerados válidos, a critério da BHTRANS, quando a Credenciada convocada alegar a sua ocorrência, para que sejam relevadas as penalidades aplicadas.

13.15 – Todos os procedimentos relativos ao presente Chamamento Público, inclusive quanto aos casos omissos, subordinam-se aos princípios e disposições contidas na legislação mencionada neste Edital.

13.16 – Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas deste Chamamento Público.

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2019.

Deusuite Matos Pereira de Assis

Presidente Substituta

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

CPL – BHTRANS

Av. Eng. Carlos Goulart, 900, Prédio 1 – Bairro Buritis

CEP: 30455-902 – Belo Horizonte/MG

Telefone: (31) 3379-5591

Site: www.pbh.gov.br/bhtrans

e-mail: bhtrans.cpl@pbh.gov.br